



Exmo. Senhor

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Palácio de Belém- Calçada da Ajuda

1349-022 LISBOA

Espinho, 6 de Março de 2014

ASSUNTO. DESPEDIMENTO COLECTIVO NO CASINO DA PÓVOA

Exmo. Senhores Deputados

O Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos vem, por este meio, manifestar-se contra um despedimento coletivo que a Varzim Sol está a efetuar.

Importa referir que em mil novecentos e oitenta e nove, o Governo (liderado pelo Professor Dr. Cavaco Silva) decidiu alterar as regras de Concessão, passando o Estado a deter cinquenta por cento das receitas do Jogo e ficando obrigado a financiar em cinquenta por cento as obras de manutenção necessárias, assim como todo o material necessário para a prática do jogo. E para o efeito, o Governo colocou em cada Casino doze Inspectores com caráter permanente, que contrariamente aos funcionários do jogo, auferem de um bom vencimento, ajudas de custo diárias, assim como de pagamentos de horas noturnas.

Nessa época, Portugal recebia muitos “MILHÕES DE CONTOS” para preparar, a vários níveis, a sua integração na Comunidade Europeia. Para tal, era necessário modernizar o país, equipar as empresas de forma adequada, dar uma devida formação aos seus trabalhadores, etc.

E foi assim que começaram os erros colossais, que nos conduziram ao lugar onde estamos. Esses milhões foram entregues e não se verificou uma cuidada fiscalização a garantir que esse dinheiro estava realmente a ser aplicado de forma a garantir o futuro das nossas empresas, das nossas populações e do nosso país. Assim, uma fração bastante razoável desse dinheiro serviu para encher as Salas de Jogos dos Casinos, de Norte a Sul do País, permitindo aos Concessionários do Jogo um enriquecimento verdadeiramente fabuloso! Foram muitas as fábricas que “entraram pelos Casinos dentro” e muitas famílias. Não foi por acaso que Salazar ao legalizar o Jogo em Portugal, em mil novecentos e vinte seis, não permitiu que se instalassem Casinos em nenhuma das grandes cidades. Foi sim com a





preocupação de proteger a sociedade, ao contrário do Governo do Dr. Santana Lopes que ofereceu uma nova concessão ao grupo Estoril Sol, no coração de Lisboa.

Está provado que é muito superior o mal que o jogo faz à economia real relativamente aos benefícios que dele resultam.

Quem beneficiou com as novas regras de concessão? Sem dúvida que foram os Concessionários! Dotaram-se com meios tecnológicos pagos pelo Estado, podendo assim, em todos os casinos, dispensar trabalhadores contribuindo para o aumento do desemprego. Em todos os Casinos se passou a assistir a remodelações constantes com orçamentos faraónicos! Ou seja, o Estado arrecada por um lado para, de seguida, fazer “regressar” aos concessionários. Aliás, recentemente, a Varzim Sol concluiu mais uma remodelação de DOZE MILHÕES DE EUROS.

Este tem sido um tremendo negócio para os Concessionários do Jogo, para quem os sucessivos Governos têm estado disponíveis. Assim com o rerrar dos MILHÕES para o interesse Nacional, era necessária uma nova atitude e essa atitude não demorou. E verdadeiramente chocante foi o Governo, liderado pelo Eng.º José Sócrates, ter decidido integrar o serviço de Inspeção de Jogos no Turismo de Portugal.

E a primeira medida foi permitir que o Jogo Tradicional coabitasse o mesmo espaço do Jogo de Máquinas, sem qualquer alteração legislativa, criando a maior confusão e permitindo ao Concessionário todos os abusos, com total cumplicidade da Inspeção de Jogos. Aboliram o indispensável serviço de identificação no acesso ao Jogo, que tão mal tem feito a tantas famílias, pois assim não é possível um devido controlo a todos quantos, por diversas razões, estão impedidos de frequentar os Casinos, assim como também não é possível impedir a entrada aos menores de idade.

A lei do branqueamento de Capitais nos Casinos é uma completa farsa. A lei do tabaco, tão exigente em todos os locais públicos, é também ela, nos Casinos, uma farsa total. Do serviço de Inspeção de Jogos, “a quem competia o dever de controlar uma atividade de grande sensibilidade na Sociedade”, já pouco resta.

É com imensa indignação que o Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos assiste ao despedimento de vinte e um trabalhadores, por parte de uma empresa como a Varzim Sol, concessionária de uma atividade da qual o Estado arrecada muitos milhões de Euros.





De salientar que esses trabalhadores auferem as mais baixas remunerações, sendo falso o argumento de dificuldades económicas, quando a Varzim Sol mantém um quadro de dirigentes com altas remunerações e várias mordomias, como a recente atribuição de carros “topo de gama”, onde a Varzim Sol investiu várias centenas de milhares de euros.

Este não pode ser nem o comportamento de uma sociedade nem de um Estado de direito, que se pretende afirmar no plano Internacional como um País civilizado.

Por tudo isto, é urgente:

- Estabelecer novas regras de Concessão de Jogo;
- Abrir tão rápido quanto possível, concursos públicos para atribuição de Concessões de Jogo, com regras totalmente transparentes, que permitam trazer ao sector uma nova dinâmica e novas ideias, que estes Concessionários já “velhos e cansados” (note-se que estes Concessionários são os mesmos que estão no jogo há quarenta e tal anos e mais) não conseguem transmitir, assim como total disponibilidade para cumprirem as regras estabelecidas, e sem esforço.
- A total separação do serviço de Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal, abrindo uma urgente discussão do que se pretende deste serviço e qual a sua utilidade.

Aquilo que hoje existe é uma máquina pesadíssima para os contribuintes, de um conjunto vasto de funcionários do Turismo de Portugal, que não sabem qual a sua verdadeira função, pois são, neste momento, liderados pelo maior desnorte e incompetência.

É urgente o restabelecimento do indispensável serviço de identificação (tal como acontece em toda a Europa), pois ao Estado não está reservado apenas o direito de intervir numa atividade de tamanha importância, mas também o dever de criar mecanismos de proteção aos seus concidadãos, pois são muitas as famílias que em actos de desespero exigem que algum dos seus familiares seja proibido de frequentar os Casinos, e, atualmente, todos sabem que apesar dessa “proibição”, não existem barreiras que impeçam o acesso.

Todos sabem que os sucessivos Governos têm cedido, sem qualquer resistência, à suprema vontade dos Concessionários, transformando os Casinos em verdadeiras Feiras da Ladra do Jogo. Por isso, entendemos que as próprias Autarquias Locais deveriam ser chamadas a participar, de forma a garantir um verdadeiro Serviço Público.





Sindicato dos Trabalhadores
das Salas de Jogos

Não é a primeira vez que o Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos se dirige a este Órgão de Soberania e fá-lo-á sempre que estiver em causa, não só os direitos dos trabalhadores, mas também o interesse nacional.

Por tudo quanto foi dito anteriormente, se este despedimento coletivo for definitivo, com a total cumplicidade do Governo, não será só uma vergonha, mas sim um crime.

São 21 trabalhadores e suas famílias que deixarão de poder exercer a sua profissão pois nenhum casino os admitirá e que são indispensáveis ao bom funcionamento do jogo no Casino da Póvoa e uma actividade pública, concessionada pelo Estado a funcionar sem qualidade e sem acautelar o interesse público.

Com os melhores cumprimentos,

Pe' A Direcção do STSJ

